

LAICISMO E PEQUENA BURGUESIA NO INÍCIO DO SÉCULO XX. LISBOA EM PERSPETIVA COMPARADA

DANIEL ALVES*

 <https://orcid.org/0000-0002-3541-8197>

Introdução

No início do século XX, influenciados pelo republicanismo e pela Maçonaria, mas também por uma conjuntura política e económica muito específica no quadro europeu, os pequenos comerciantes de Lisboa demonstravam um laicismo bem evidente e, por vezes mesmo, uma postura anticlerical. Dirigentes associativos, e não só, não tinham pejo em afirmar a sua adesão ao livre-pensamento, em apoiar as críticas aos setores mais conservadores da Igreja, levadas a cabo tanto por republicanos como por socialistas, em participar em polémicas de denúncia de alegados escândalos ligados a religiosos, ou em acolher e participar em atividades de propaganda do laicismo. Uma atitude que não era nova e fazia parte de um ideário radical que há muito caracterizava a chamada “pequena burguesia”, como os próprios se auto-intitulavam na capital portuguesa. O mesmo pode ser observado em relação à pequena burguesia francesa que, durante a maior parte do século XIX, manteve uma forte ligação a temas do radicalismo, como era o anticlericalismo.

Contudo, esta perspetiva não deve ser generalizada de forma simples, pois corre-se o risco de esconder matizes nacionais importantes. Além disso, a visão de uma pequena burguesia arreigada a ideais caros à esquerda radical estava a ser alterada na viragem do século, pelo que também será problemático manter uma perspetiva imutável sobre este fenómeno. Uma das formas de procurar ultrapassar os problemas que se colocam à análise de um grupo social e de uma época tão dinâmicos como eram a pequena burguesia e as décadas de viragem do século XIX para o XX, pode passar por uma dupla análise comparativa. Por um lado, será interessante verificar como se comportavam os membros desta pequena burguesia comercial face à vivência religiosa e se essa sua postura foi ou não alterada com a passagem do tempo e com a modernização urbana e económica a que se assistiu na época. Por outro lado, no caso presente, será fundamental comparar vários contextos ou conjunturas nacionais no sentido de perceber, com o detalhe possível, as atitudes e respostas deste grupo social em relação à questão do laicismo.

Pretende-se assim explorar as diferenças e semelhanças, no ideário e no discurso, entre os pequenos comerciantes lisboetas e os seus colegas de alguns países

* Doutor em História Económica e Social Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa. Professor Auxiliar no Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e membro do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.

européus, procurando aferir do seu maior ou menor laicismo e em que medida o mesmo terá influenciado o seu posicionamento face à Lei da Separação de 1911. Começarei por demonstrar o reforço do laicismo e do anticlericalismo entre os lojistas de Lisboa, na fase final da Monarquia, para depois comparar esse caminho com o que foi percorrido, na mesma altura, pelos seus colegas europeus, nomeadamente franceses e belgas.

Laicismo entre os lojistas de Lisboa: a última década da Monarquia

Em 1911, a associação representativa do pequeno comércio lisboeta, a Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa (ACLL), fundada em 1870, não escondeu a sua satisfação e apoio à República pela aprovação da lei de 20 de abril, tendo registado em ata da direcção no dia seguinte e por iniciativa do presidente da assembleia-geral, o prestamista e maçom José Pinheiro de Melo, um «voto de congratulação pelo facto de haver sido decretada a separação da Igreja do Estado». O mesmo voto foi depois apresentado à assembleia-geral de 28 de abril, afirmando-se cumprir desta forma uma «orientação patriótica» e um desígnio de «longa data» a favor da «emancipação das consciências», da «liberdade» e do «progresso». Moção que terá sido, segundo o testemunho dos próprios lojistas, «unânime e entusiasticamente aprovada»¹.

Esta declaração e a reacção dos sócios poderia ser interpretada como fazendo parte de um simples apoio político concedido a um jovem regime por um grupo de homens que tinham estado na linha da frente da propaganda republicana, desde meados da década de 1890². Contudo, mais do que um ato isolado, o voto de congratulação é elucidativo de uma tendência para o laicismo que se reforçou entre os lojistas de Lisboa na primeira década do século XX e que não foi independente de igual reforço da sua ligação ao republicanismo. Representava, efetivamente, um desígnio de “longa data”, era o epílogo de um caminho liberal e anticlerical que foi percorrido pelos homens do pequeno comércio lisboeta desde a viragem do século.

É possível traçar esse caminho através das atividades, das relações e das alianças cívicas e políticas que a Associação dos Lojistas foi desenvolvendo desde 1897, altura em que “renasceu das cinzas”, depois de ter sido dissolvida pelo Governo Regenerador em 1894. A associação já tinha um certo currículo de ligação do seu nome a atividades, reuniões e sessões de cariz liberal, democrático e radical e ele vai desenvolver-se nos anos seguintes. Na viragem do século passaram a ser frequentes os pedidos e as respetivas autorizações para que nas salas da sede da associação se realizassem um sem número de reuniões, conferências e palestras. Uma parte destas atividades estavam, obviamente, relacionadas com aspetos da vida comercial, mas eram bem mais significativas as que de algum modo se podem considerar como representativas de uma tendência para o laicismo e o anticlericalismo.

¹ ACLL – *Actas da Direcção (1906-1912)*, n. 291, 21 de abril de 1911; *Boletim da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa*, n. 76, abril de 1911, p. 38.

² Cf. Daniel Alves – *A república atrás do balcão: os lojistas de Lisboa na fase final da monarquia (1870-1910)*. Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2010; Daniel Alves – *Entre o balcão e a política: os lojistas de Lisboa e o republicanismo (1870-1910)*. *Ler História*. 59 (2010) 101-123.

Apontam-se aqui apenas alguns exemplos. Em maio de 1899, a direção da ACLL aprovou um pedido da Associação do Registo Civil para a realização de uma conferência de «Manuel de Arriaga sobre o *Marquês de Pombal*»³. Em fevereiro do ano seguinte, as salas da associação acolheram a «comemoração do 3º centenário da morte de Giordano Bruno, promovida pelo Círio Civil Estrela [...], apresentada como uma “conferência de livre-pensamento” sob a presidência de Heliodoro Salgado [...]»⁴. Em 1901 o mesmo Heliodoro Salgado voltou às salas da Associação dos Lojistas «para realizar uma conferência sobre Sara de Matos», a jovem que tinha morrido no convento das Trinas dez anos antes e cuja morte tinha sido amplamente explorada pela propaganda anticlerical⁵.

Muitas destas conferências podem ser incluídas na propaganda cultural que, à época, recomeçava a surgir nos meios republicanos, fruto da dinamização de alguns centros e clubes⁶. Como se vê, a Associação dos Lojistas estava a contribuir, de uma forma expressiva, para essa mesma dinâmica, facilitando a propagação das ideias relativas ao livre-pensamento, ao registo civil e ao anticlericalismo através da cedência dos seus espaços a conferências que, por vezes, reuniam «algumas centenas de pessoas»⁷.

O ano de 1901 é bastante revelador de um forte pendor anticlerical entre os lojistas. Em março a sede da Associação acolheu uma reunião de estudantes de medicina, na sequência do “caso Rosa Calmon” e no âmbito das atividades da Liga Académica Republicana⁸. No mês seguinte, a mesma Liga planeava a realização de um comício anticlerical, que o Governo proibiu, decidindo-se pela organização de uma «reunião liberal secreta», cujos pormenores o jornal *O Mundo* tornou pouco secretos no dia seguinte. Na reunião foram propostos alguns nomes para comporem uma «comissão liberal» e entre os republicanos da praxe, os médicos, advogados e professores que eram recorrentes neste tipo de organizações e iniciativas, foram nomeados também comerciantes e industriais, alguns deles sócios e dirigentes da Associação dos Lojistas, como Luís Filipe da Mata, Francisco Grandella, Cupertino Ribeiro, João Félix da Silva Capucho, José Pinheiro de Melo e Inácio de Magalhães Basto⁹. O envolvimento destes indivíduos leva a que não se estranhe que as primeiras reuniões da, depois denominada, Junta Liberal se realizassem, precisamente, no largo da Abegoaria (atual Rafael Bordalo Pinheiro), sede da Associação dos Lojistas.

³ ACLL – *Actas da Direcção (1897-1906)*, n. 39, 4 de maio de 1899.

⁴ ACLL – *Diário: 1894-1901*, p. 37; António Ventura – *Anarquistas, republicanos e socialistas em Portugal: as convergências possíveis (1892-1910)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000, p. 126.

⁵ Cf. ACLL – *Actas da Direcção (1897-1906)*, n. 76, 6 de agosto de 1901.

⁶ Cf. Lia Armandina Sá Paulo Ribeiro – *A Popularização da Cultura Republicana: 1881-1910*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2003, p. 20.

⁷ A expressão era do *Diário de Notícias* e é citada em Fernando Catroga – *O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)*. *Análise Social*. 24:100 (1988), p. 234.

⁸ Cf. António Ventura – *Anarquistas, republicanos e socialistas em Portugal*, p. 68; sobre o caso “Rosa Calmon” veja-se Maria Rita Lino Garnel – *Vítimas e violências na Lisboa da I República*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, p. 212-214.

⁹ Cf. *O Mundo*, n. 209, 15 de abril de 1901; António Ventura – *Anarquistas, republicanos e socialistas em Portugal*, p. 72.

No dia 18 de junho aí decorreu a sua primeira assembleia-geral, repetindo-se reuniões a 10 e 27 de agosto e a 17 e 21 de outubro de 1901¹⁰.

A simpatia da Associação dos Lojistas pela liberal agremiação ficava bem patente nas resoluções tomadas pela direção, no que diz respeito à aplicação do regulamento interno de cedência das suas salas para eventos e reuniões, que não eram isentas de uma perspetiva política ou, pelo menos, de uma determinada posição cívica assumida pelos representantes do pequeno comércio lisboeta e que acabavam por se traduzir numa diferença de tratamento dos vários pedidos, consoante as entidades em causa: se à Sociedade Filatélica Portuguesa era concedido um «gabinete por 6\$000 réis mensais», para a Junta Liberal era emprestado «um dos gabinetes sem remuneração»¹¹, ou seja, a sede dos Lojistas funcionava para todos os efeitos como a sede da Junta Liberal em 1901.

Em parte, eram os contactos, as relações pessoais e os cargos exercidos por alguns lojistas e, em particular, os que ocupavam lugares na gerência, bem como a ligação de alguns à maçonaria, que levavam a ACLL a uma aproximação a entidades e indivíduos conotados com o movimento anticlerical e com o republicanismo. Se esta tendência era ou não maioritária no seio do pequeno comércio lisboeta não é fácil de demonstrar com estatísticas, mas talvez seja importante afirmar que as iniciativas dos corpos gerentes nunca se traduziram numa diminuição do número de sócios no período em causa, o que poderia ser visto como uma forma de protesto ou de desacordo em relação às mesmas. Bem pelo contrário, o ano de 1901, que representou um reforço do empenho da ACLL na propaganda do laicismo, foi também o ano de inversão de uma tendência de quebra do número de associados a que se assistia desde meados da década de 1890. Neste sentido, talvez se possa afirmar que as atitudes dos corpos gerentes mais não eram do que o reflexo de uma propensão para o laicismo mais generalizada, que se fazia sentir no seio dos sócios e, muito provavelmente, no conjunto dos lojistas da capital.

A confirmar esta ideia é possível apontar atividades apadrinhadas pela Associação, mas que foram dinamizadas por lojistas ou grupos de lojistas que não faziam parte dos corpos gerentes. Entre março e maio de 1903 foi autorizada a cedência, «gratuita», da sede para um conjunto de cinco conferências de Heliodoro Salgado «sobre a Religião e a Ciência»¹², iniciativa de três lojistas (um merceeiro, um colchoeiro e um dono de uma tabacaria) da zona de S. Bento¹³.

Nesse mesmo ano, Andrade Neves, num esboço biográfico que fez do presidente da Associação dos Lojistas, não podia ser mais explícito:

«se há falta de local para conferência de propaganda democrática [...]; se se torna urgente [...] fazer propaganda a favor das escolas populares; se às conferências dos jesuítas finalmente

¹⁰ Cf. ACLL – *Diário: 1894-1901*, p. 41-42; *O Mundo*, n. 273, 18 de junho de 1901; n. 274, 19 de junho de 1901.

¹¹ ACLL – *Actas da Direcção (1897-1906)*, n. 72, 3 de abril de 1901; n. 76, 6 de agosto de 1901.

¹² ACLL – *Actas da Direcção (1897-1906)*, n. 107, 30 de março de 1903; n. 108, 15 de abril de 1903; n. 110, 13 de maio de 1903.

¹³ Cf. ACLL – *Actas da Direcção (1897-1906)*, n. 108, 15 de abril de 1903.

os liberais têm de opor outras; [...] o caminho é já sabido; pede-se a casa da Associação dos Lojistas e o pedido faz-se a Pinheiro de Mello [...]»¹⁴.

Em 1908, a frequente cedência das salas da Associação dos Lojistas para este tipo de iniciativas levaria Trindade Coelho a classificá-las, no seu *Manual Político do Cidadão Português*, de «salas revolucionárias [...] sempre abertas a todas as reivindicações populares»¹⁵.

Estes testemunhos traduziam a perceção pública sobre o posicionamento político e cívico dos lojistas, que no seio da Associação continuava a expressar-se através das decisões da direcção. Em outubro de 1906, tendo recebido vários pedidos da Liga de Defesa dos Interesses Públicos, da Comissão de Protesto Nacional contra o imposto do consumo e outro para «uma reunião de seminaristas», este último foi o único «indeferido por não o considerar de interesse público»¹⁶. Era, contudo, uma particular noção de “interesse público” que influenciava a decisão, imbuída de um anticlericalismo em que a Associação dos Lojistas e muitos dos seus sócios estavam empenhados, como tinha ficado visível no ano anterior por intermédio dos esforços levados a cabo para convencer o Governo e a Câmara Municipal de Lisboa a erigirem um monumento ao Marquês de Pombal. Nessa altura, ficou consignado em ata que a cedência das salas seriam gratuitas para conferências sobre o ministro de D. José, «por se reconhecer que toda e qualquer propaganda feita acerca do Marquês de Pombal se devia considerar como um serviço de interesse público»¹⁷.

Um último exemplo desta ligação entre o laicismo dos lojistas e a propaganda anticlerical que estava a ser incentivada pelo republicanismo remete novamente para a Junta Liberal, quando esta renasceu das cinzas para organizar a manifestação anticlerical de 2 de agosto de 1909¹⁸. Em julho desse ano, desejando «recomeçar os seus trabalhos», a Junta contou com o ativo empenho de Pinheiro de Melo e da Associação dos Lojistas, passando a sua sede, uma vez mais, a funcionar na prática como sede da Junta Liberal, tratando de todo o «expediente» e arquivando os «seus livros» num armário expressamente colocado para esse fim numa das salas¹⁹. Aliás, o empenho da ACLL «na organização da parada liberal» de agosto não seria esquecido, sendo alvo de um «penhoradíssimo» agradecimento em vários jornais pela sua «hospitalidade» e por todo o «apoio moral e material» dispensado²⁰. Segundo Fernando Catroga, esta manifestação demonstrou que «o anticlericalismo tinha to-

¹⁴ *Commercio e Industria, folha illustrada com retratos e biographias*, n. 163. Lisboa, 1903.

¹⁵ Trindade Coelho – *Manual Político do Cidadão Português*. Porto: Empresa Litterária e Typographica, 1908, p. 616.

¹⁶ ACLL – *Actas da Direcção (1906-1912)*, n. 169, 4 de outubro de 1906.

¹⁷ ACLL – *Actas da Direcção (1897-1906)*, n. 140, 30 de abril de 1905.

¹⁸ Cf. Vasco Pulido Valente – *O Poder e o Povo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999, p. 41-43.

¹⁹ Cf. ACLL – *Actas da Direcção (1906-1912)*, n. 244, 1 de julho de 1909; n. 251, 30 de setembro de 1909.

²⁰ Cf. ACLL – *Boletim*, n. 57, setembro de 1909, p. 94.

cado uma faixa importante (e interclassista) da população lisboeta»²¹. Pelo que foi possível analisar, um setor significativo dessa faixa era constituído pela pequena burguesia comercial que não só aderiu em massa, como, através da sua associação representativa, tinha proporcionado os meios de organização da iniciativa.

Perspetiva comparada: o caso francês e belga na viragem do século

A tendência para o laicismo e para apoiar o anticlericalismo não era obviamente um exclusivo dos lojistas de Lisboa e, muito menos, da primeira década do século XX, antes era uma característica comum ao ideário radical abraçado pela pequena burguesia europeia ao longo de todo o século XIX, onde os lojistas tiveram um papel de destaque, sempre comprometidos com um certo radicalismo, assente na defesa da democracia, da república, do anticlericalismo e dos baixos impostos. Porém, em alguns países europeus, no final do século XIX, uma parte deste programa radical estava a ser posto de lado pela pequena burguesia, à medida que esta se via a braços com a crise económica, por um lado, e com a falta de interesse demonstrado pelas tradicionais forças políticas de esquerda em relação às suas reivindicações, por outro. Tomemos como exemplo, o caso francês, procurando perceber as ligações existentes entre a propaganda anticlerical e o republicanismo, tentando explicar que, apesar da sua tendência para o laicismo, a pequena burguesia francesa, em particular a parisiense, não manteve a ligação política ao radicalismo que tinha sido seu apanágio ao longo de toda a centúria. Neste aspeto, será de destacar que os caminhos que os lojistas de Paris estavam a trilhar na viragem do século eram diferentes dos de Lisboa, apesar da mesma matriz de origem.

Para perceber esse caminho divergente é necessário começar por assentar numa diferença fundamental entre o contexto político-religioso português e o francês, na viragem do século XIX para o século XX. Durante as primeiras décadas da III República Francesa, as relações entre os políticos republicanos e o Catolicismo foram algo ambíguas, na medida em que a existência de movimentos anticlericais conviveu sempre com uma perspectiva de cordiais relações entre a elite política e governativa da República e a estrutura da Igreja. Apesar disso, a pressão para a adoção de legislação de cariz anticlerical esteve sempre presente, através do incentivo e apoio da Maçonaria e das sociedades de livre-pensamento, num quadro que, como foi possível observar, não diferia significativamente do que representava a propaganda republicana em Portugal no final da Monarquia²².

Enquanto em Portugal o republicanismo travava uma batalha para derrubar um regime, em França, o objetivo era a manutenção da República e esse ponto de observação distinto faz toda a diferença, com os líderes republicanos franceses a se-

²¹ Fernando Catroga – O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911), p. 237; Vítor Neto – Igreja Católica e Anticlericalismo (1858-1910). In *Progresso e religião: a república no Brasil e em Portugal 1889-1910*. Ed. Amadeu Homem; Armando Malheiro Silva; Artur César Isaia. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007, p. 189.

²² Cf. Robert Gildea – *Children of the Revolution: the French, 1799-1914*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2008, p. 339-341; para o caso português veja-se Fernando Catroga – *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000; Lia Armandina Sá Paulo Ribeiro – *A Popularização da Cultura Republicana*.

guirem uma política cuidadosa com a Igreja, sem apoiarem atitudes muito radicais. Até Jules Ferry – alvo de um sentido elogio fúnebre, em 1893, num jornal de Lisboa dedicado ao pequeno comércio, onde era descrito como um acérrimo defensor do ensino laico e adversário do clericalismo²³ – tinha afirmado, em 1888, que «a separação [entre a Igreja e o Estado] [...] poderia significar uma guerra religiosa» que, evidentemente, os republicanos da época não queriam ou não podiam sustentar²⁴.

Apesar disso, na década de 1890, os católicos franceses estavam a ser confrontados com um aumento das críticas republicanas e com o progressivo afastamento dos trabalhadores industriais e de parte da população urbana em relação às práticas religiosas organizadas. Uma forma de contornar estes problemas resultou na aposta no socialismo católico e numa maior atenção dada ao «povo comum, aos camponeses, aos artesãos, aos lojistas e aos operários», como defendiam os chamados «abades democráticos», cuja tarefa era «cristianizar a França através da luta contra o socialismo [“vermelho”], a maçonaria e os judeus»²⁵.

Ao mesmo tempo, a tradicional ligação entre os lojistas e os políticos republicanos estava a esboroar-se. Não só o contexto político agora era diferente, como a própria associação representativa dos interesses dos lojistas, a *Ligue Syndicale*, estava a ver «diminuir de forma considerável a sua capacidade de influenciar os acontecimentos» políticos. Deixando de ser uma preocupação ou não chamando a atenção da política republicana nacional, o movimento associativo dos lojistas de Paris começou uma “deriva” para a direita, acarinhado por movimentos “marginais” da política francesa que tinham nascido das pressões referidas, como era o caso do antissemitismo e da Democracia Cristã. Os líderes destes movimentos aproveitavam a velha dicotomia republicana do “povo contra a aristocracia” para a converterem agora no “povo contra a Maçonaria, os Judeus e os Protestantes”. Era um programa conservador ou mesmo reacionário, mas que teve o condão de apelar a uma pequena burguesia urbana que estava “frustrada” pelo ostracismo político a que cada vez mais se via votada pelos políticos republicanos²⁶.

Nesta conjuntura, Édouard Drumont representou um papel determinante, transformando pelos seus discursos e escritos o judeu num alvo de ressentimento, não só pela sua ligação ao capital e à usura, mas também como responsável por «todos os males do mundo moderno». O discurso usado por Drumont e outros antissemitas cativava uma audiência significativa de que faziam parte, entre outros, largos setores da pequena burguesia comercial parisiense²⁷. Era amplamente divulgada uma visão tradicionalista da “velha Paris”, da cidade antes das alterações urbanas de Haussman e este era um discurso que apelava fortemente ao movimento

²³ Cf. *O Lojista*, n. 50, 29 de março de 1893.

²⁴ Cf. Robert Gildea – *Children of the Revolution*, p. 344.

²⁵ Robert Gildea – *Children of the Revolution*, p. 350-355.

²⁶ Cf. Philip G. Nord – *Paris shopkeepers and the politics of resentment*. Princeton: Princeton University Press, 1986, p. 372-373.

²⁷ Cf. Robert Gildea – *Children of the Revolution*, p. 350-355; Philip G. Nord – *Paris shopkeepers and the politics of resentment*, p. 373-375.

associativo dos lojistas parisienses, que sempre tinham encarado essa modernização urbana com desconfiança. As companhias de caminho-de-ferro e os grandes armazéns de retalho eram apontados como os responsáveis pela morte dessa “boa velha Paris” e este só podia ser um discurso apelativo para os lojistas que tinham feito da luta contra os grandes armazéns o seu principal cavalo de batalha durante a crise económica de finais da década de 1880²⁸.

Curiosamente, tal como aconteceu em Lisboa, a associação de lojistas de Paris levava muito a sério uma imagem pública de independência em relação ao meio partidário, não apoiando diretamente nenhum partido nas eleições, apesar de ser óbvio que as simpatias iam para um movimento político específico. A diferença, a partir de finais do século XIX, era que em Lisboa, a ACLL estava ao lado do Partido Republicano, que usava o anticlericalismo como força de propaganda, enquanto em Paris a associação local estava a pender para os movimentos de direita, que recorriam ao antisemitismo para o mesmo fim.

A tendência para a direita dos lojistas de Paris, que era já notória ao longo da década de 1890, ficou definitivamente consolidada no rescaldo da polémica suscitada pelo caso “Dreyfus”, quando o movimento associativo dos lojistas de Paris revelou a sua ligação à direita radical, aderindo ao «movimento nacionalista que pretendia salvar a França de um cosmopolitismo decadente»²⁹. Esta caminhada para a direita estava a fazer-se também devido à indiferença política da esquerda, agora mais atenta ao operariado e às questões sociais do que à pequena burguesia e às questões económicas. O resultado é que os lojistas parisienses começaram a olhar para o Nacionalismo como “uma arma” para combater, ao mesmo tempo, as forças da modernização representadas pelo coletivismo socialista e a perniciosa ligação que consideravam existir entre o grande capital e a política republicana. Nesta nova aliança, a temática do anticlericalismo, que sempre tinha feito parte do discurso dos pequenos comerciantes, acabou por ser colocada à parte, tendo em conta, por exemplo, que os Nacionalistas se posicionaram claramente contra a lei da separação entre a Igreja e o Estado³⁰.

No entanto, Paris e a França não são os únicos exemplos deste afastamento dos lojistas europeus em relação ao projeto anticlerical. Também os pequenos comerciantes belgas, por exemplo, estavam, desde as décadas finais de oitocentos, a ser cortejados ou mesmo efetivamente defendidos por políticos e intelectuais católicos que viam na conversão da pequena burguesia aos valores do conservadorismo

²⁸ Cf. Philip G. Nord – *Paris shopkeepers and the politics of resentment*, p. 376-386.

²⁹ Stephen Wilson – Catholic Populism in France at the Time of the Dreyfus Affair: The Union Nationale. *Journal of Contemporary History*. 10:4 (1975), p. 671-674; Philip G. Nord – *Paris shopkeepers and the politics of resentment*, p. 408-409ss.

³⁰ Cf. David Michael Shapiro – *The Right in France, 1890-1919: three studies*. Carbondale, IL: Southern Illinois University Press, 1962, p. 76; Philip G. Nord – *Paris shopkeepers and the politics of resentment*, p. 431-432; *Nationhood and Nationalism in France: From Boulangism to the Great War, 1889-1918*, ed. Robert Tombs. New York: Routledge, 1991, p. 164-166.

uma forma de combater a crescente influência do socialismo e as novas dinâmicas sociais que o crescimento do operariado estava a introduzir³¹.

Tal como em Paris, a partir do final do século, também na Bélgica o associativismo dos pequenos comerciantes foi maioritariamente enquadrado pelos movimentos católicos, a partir do final da década de 1880. No início do século XX, os movimentos de defesa dos pequenos comerciantes belgas «foram assegurados por duas federações que estavam muito próximas do partido católico». Uma delas, a Associação Nacional da Pequena Burguesia, verdadeira «porta-voz dos pequenos empresários», apesar de se declarar neutra «era na realidade dirigida por católicos» e tinha uma influência política considerável³².

Na viragem do século, os intelectuais católicos belgas procuraram defender a pequena burguesia comercial, mas contrariando a visão negativista da modernidade que era apanágio dos lojistas, fruto das dificuldades económicas por que passavam no final do século XIX. Pelo contrário, optavam por os tentar convencer a abraçar a modernização e propondo medidas de estímulo ao desenvolvimento do pequeno comércio. No fundo, estavam ao lado da pequena burguesia mas não concordavam com as suas «reivindicações mais radicais»³³.

O principal incentivo dos católicos belgas face à pequena burguesia passou por um forte apelo ao associativismo, visto como forma do pequeno e independente lojista conseguir sobreviver à modernização económica e social da viragem do século e de reivindicar com sucesso as medidas legislativas favoráveis aos seus interesses. A ligação do movimento católico à pequena burguesia, o enquadramento associativo da mesma e a tomada de medidas legislativas favoráveis a este grupo social por parte do Governo «permitiu efectivamente orientar o movimento das classes médias e evitar a sua radicalização»³⁴.

Neste aspeto, a comparação permite, uma vez mais, perceber o diferente alinhamento seguido pelos lojistas de Lisboa, também no que concerne à questão do laicismo. A indiferença e, por vezes, mesmo a hostilidade demonstrada pelo Estado, pelos partidos monárquicos e pelos meios católicos portugueses em relação às reivindicações do pequeno comércio e da sua associação representativa, ora classificadas como meras «chinfriadas»³⁵, ora sendo obra de uma «agremiação retintamente jacobina e maçónica»³⁶, acabaram por deixar terreno vago para que fossem enquadrados e orientados pelos republicanos, precisamente, no sentido de uma crescente radicalização.

³¹ Cf. Serge Jaumain – *Les petits commerçants belges face à la modernité, 1880-1914*. Bruxelles: Éd. de l'Université de Bruxelles, 1995, p. 77, 92.

³² Cf. Serge Jaumain – *Les petits commerçants belges face à la modernité*, p. 169-181 e 275-276.

³³ Serge Jaumain – *Les petits commerçants belges face à la modernité*, p. 153-156.

³⁴ Serge Jaumain – *Les petits commerçants belges face à la modernité*, p. 156.

³⁵ *Diário Ilustrado*, n. 7491, 31 de janeiro de 1894.

³⁶ *Portugal*, n. 481, 27 de agosto de 1908; n. 496, 13 de setembro de 1908.

Conclusão

Apesar destes caminhos divergentes, é possível concluir que tanto na França e na Bélgica, como mesmo em Portugal, era usada uma mesma tática de associação entre o ressentimento social e económico dos lojistas e a questão religiosa, apenas os alvos eram diferentes. Em Paris, na viragem do século, eram os líderes dos movimentos antisemitas e da Democracia Cristã que falavam na ligação entre judeus, *Department Stores* e os perigos da modernidade para conseguir apoios entre uma pequena burguesia assustada com a concorrência³⁷. Na Bélgica eram os intelectuais católicos que procuravam jogar com os pequenos comerciantes «em estado de choque» no sentido de os afastar do radicalismo³⁸. Em Lisboa, contudo, eram os republicanos que chamavam a atenção para a «reação religiosa» como responsável pela «violenta e insustentável crise que o comércio em geral está atravessando», mesmo que na prática essa “crise” estivesse longe de se concretizar³⁹. Aliás, foi precisamente a ausência desses fatores de crise, nomeadamente, a fraca expressão das grandes lojas de retalho, das cooperativas de consumo e do socialismo que permitiu que os republicanos portugueses pudessem contar com o apoio incondicional dos lojistas de Lisboa e com o reforço do seu laicismo, para virar baterias contra as elites políticas da Monarquia e contra a própria Igreja⁴⁰.

³⁷ Cf. Philip G. Nord – *Paris shopkeepers and the politics of resentment*, p. 372-408.

³⁸ Cf. Serge Jaumain – *Les petits commerçants belges face à la modernité*, p. 65.

³⁹ A expressão foi usada num requerimento datado de 18 de setembro e assinado por 55 sócios da ACLL pedindo a Pinheiro de Melo a convocação de uma assembleia-geral para discutir a prisão de Heitor Ferreira. *O Mundo*, n. 2827, 18 de setembro de 1908.

⁴⁰ Cf. Daniel Alves – Entre o balcão e a política, p. 101-123.